

Nota de manifestação contra linchamentos e a violência racial

A comissão de Antropólogas/os Negras/os da Associação Brasileira de Antropologia vem, por meio desta nota, manifestar-se diante de fatos ocorridos recentemente que trouxeram mais uma vez à visibilidade pública, práticas de “linchamento” contra jovens negros. A repercussão de vídeos e imagens de um rapaz que foi “chicoteado” por seguranças de um supermercado na cidade de São Paulo por suspeição de furto traz à tona práticas que se constituem como históricas na realidade brasileira posto que marcam o modo pelo qual corpos de sujeitos racializados são submetidos a um controle social que, desde os períodos da escravização, objetifica e desumaniza suas existências.

Antes mesmo de nomeado como “linchamentos” - categoria derivada do nome do norte americano Charles Lynch que durante a Revolução Americana liderou o empreendimento que deu origem a organização supremacista branca “Ku Klux Klan”; tais práticas já eram realizadas para controle social contra a população negra e indígena no Brasil, como apresentam os pesquisadores Benevides (1982) e Martins (1995). Sabemos que na contemporaneidade casos de “justiça com as próprias mãos” ocorrem de forma regular em diversas partes do país, sendo alguns deles emblemáticos especialmente pela difusão de registros audiovisuais produzidos durante as ações violentas (RODRIGUES, 2013) nos quais, muitas vezes, em decorrência dos linchamentos, pessoas são agredidas até a morte. Em geral, os “linchamentos” são levados a cabo por “populares” que produzem acusações públicas e agem diante da descrença nas ações do Estado e da sensação de impunidade, encontrando em práticas espontâneas de agressão e expiação no espaço público, a legitimação de seus atos violentos. Numa sociedade desigual, racista e autoritária, na qual se endossa a máxima difundida por políticos e figuras públicas, como suporte de grande parte da mídia, de que “bandido bom é bandido morto”, o medo e ódio contra corpos negros se reproduz e fomenta inúmeros casos ocorridos nos últimos anos.

A referida frequência com a qual esses casos de linchamento ocorrem, assim como o fato de se direcionarem aos corpos de jovens negros revela a operação de uma necropolítica, como discutido pelo filósofo Achille Mbembe (2018). Isto é, uma prática que tem como premissa a descartabilidade das vidas negras, revelando a permanência do projeto sob o qual o iluminismo e, por consequência, a própria modernidade, se estruturam. Uma continuidade de um projeto que no Brasil se apresenta, dentre outros fatores, ao se observar os dados sobre mortes da população negra. De acordo com o Atlas da Violência de 2019, 75,5 % das pessoas vítimas dos mais de 65 mil homicídios registrados no Brasil são negras (IPEA, 2019). Além disto, se em relação a 2017, os dados de homicídios declinaram mais de 10%, como demonstra o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), as mortes decorrentes de intervenção policial aumentaram quase 20% no mesmo período. As vítimas seguem o mesmo perfil, homens jovens e negros. Os dados demonstram como tanto a violência armada, quanto ações violentas por parte do Estado contra a população negra estão numa crescente. Diante da repercussão de casos de linchamentos, se evidencia outra forma de ação do “necropoder”, com punições cruéis e execuções públicas por parte da sociedade, sem sequer serem objeto direto de intervenção estatal, mas evidentemente legitimadas por discursos de políticos e figuras públicas que têm cada vez mais ocupado posições de poder e visibilidade.

Como antropólogas/os negras/os, diante de fatos recentes que ressoam em nosso tempo presente situações históricas, externamos a relevância de se negritar o quanto a continuidade de um projeto fundado durante o período colonial segue na contemporaneidade, impondo formas de viver que

convivem com a naturalização e ameaça contínua da morte. Enquanto for esta uma condição na vida daqueles que são objetificados e desumanizados por um projeto de poder que visa exploração e extermínio, seguiremos disputando por narrativas e práticas que produzam relações de transformação e vida.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Linchamentos: violência e justiça popular** In: Roberto Da Matta *et alii*, *Violência brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 93-101

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo, Ano 13. 2019.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019.

MARTINS, José de Souza. **As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil**. Estudos Avançados, Vol. 9, no 25, pp. 295-310. 1995.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. N-1 edições, 2018.

RODRIGUES, Danielle. **O círculo da punição: O linchamento como cena de acusação e denúncia criminal**. DILEMAS - Vol. 6 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2013 - pp. 625-643 641

08 de outubro de 2019

Comitê de Antropólogas/os Negras/os da ABA